

Império e nação na sociedade global (e o Brasil)

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Para ser publicado no *2010 Annual Report*
da Escola de Economia de São Paulo da
Fundação Getúlio Vargas, julho de 2011.

Enquanto os países ricos são países que completaram sua revolução capitalista no século XIX, o Brasil e um conjunto de outros países de renda média completaram sua revolução nacional e industrial no século XX. Durante muito tempo esse conjunto de estados-nação estava voltado para guerras que definissem suas fronteiras; hoje estão voltados para a competição econômica no quadro de uma sociedade e de uma economia capitalista global. Mas isto não significa que as relações de poder e de exploração tenham desaparecido da face da terra. Apenas mudaram de caráter. Todos os estados-nação visam o desenvolvimento econômico, mas, para alcançá-lo, os países mais fortes não hesitam em submeter e explorar os mais fracos.

O desenvolvimento econômico – o aumento persistente dos padrões de vida associado a acumulação de capital com incorporação de progresso técnico – é um fenômeno que nasce da revolução capitalista, como também dela nascem as nações e os estados-nação. Não é surpreendente, portanto, que o Brasil só tenha realmente começado a se desenvolver quando, entre 1930 e 1970, realizou sua revolução nacional e capitalista. O Brasil já era formalmente um estado-nação desde 1822, mas a independência brasileira era muito relativa. Permitiu que os grandes políticos do período imperial lograssem assegurar a integridade de um território vasto, não para que se configurasse uma verdadeira nação. Mas surgiam então, em meados do século XIX, com a produção do café, a imigração italiana, e o trabalho assalariado as precondições para a revolução industrial e nacional brasileira. No início do século XX, com base no pensamento de homens como Alberto Torres, Olavo Bilac, Monteiro Lobato e Oliveira Viana, o nacionalismo começará a ganhar força. Mas será só a partir da Revolução de 1930 que o país, sob a liderança de um estadista como foi Getúlio Vargas, realizará sua revolução industrial e nacional e, assim, completará sua revolução capitalista.

A revolução industrial e nacional ocorreu no Brasil entre 1930 e 1970 no quadro de uma grande coalizão política nacionalista de empresários industriais, burocratas públicos e militares, associados aos trabalhadores urbanos no período getulista (1930-60), e sem a participação deles no período militar (1964-84). E em todo o período enfrentou a oposição dos setores liberais da burguesia, inicialmente interesses mercantis e depois os financeiros, mas sempre associados

aos interesses estrangeiros no Brasil. Em termos gerais, entre 1930 e 1990 uma coalizão política nacionalista e foi dominante, e adotou o nacional-desenvolvimentismo como estratégia nacional de desenvolvimento. Até 1980 os resultados foram extraordinários. Em síntese, a revolução capitalista brasileira foi completada. Assim, quando, em 1980, começa a grande crise da dívida externa e da alta inflação, o Brasil já contava com uma ampla classe de empresários, uma também ampla e razoavelmente competente classe de profissionais, e uma grande classe trabalhadora assalariada. Seu Estado estava razoavelmente bem estruturado, e o Estado de direito ou os direitos civis, razoavelmente garantidos.

A partir de 1977, porém, da indignação geral causada pelo Pacote de Abril desse ano, a burguesia começa a romper sua aliança com os militares. A luta pela democracia dos pobres e das classes médias republicanas ganha, assim, força. E afinal, em 1985, consuma-se a transição a transição democrática. Uma transição que foi a conquista de uma sociedade civil madura, e, por isso mesmo, que significava que a democracia estava a partir de então consolidada no Brasil.

O modelo da revolução nacional brasileira é com frequência associado ao da revolução nacional alemã comandada por Bismarck na segunda metade do século XIX. Talvez Getúlio Vargas conhecesse essa experiência, enquanto que certamente não conhecia a experiência da revolução nacional japonesa ocorrida no final de século XIX. Não obstante, entendo que a revolução capitalista brasileira como todas as demais revoluções nacionais retardatárias (em relação aos primeiros países que completaram sua revolução nacional e indústria) seguiu antes o modelo japonês. Como no Japão foi preciso enfrentar o imperialismo europeu e americano, como lá a industrialização foi realizada com grande participação do Estado, e, ainda como nesse país, procedeu-se, depois, ampla privatização.¹

A revolução nacional brasileira enfrentou sempre dois adversários: um externo e outro interno. O adversário externo é o imperialismo ou o Império e as elites dependentes locais que a ele se associam; o adversário interno é a irresponsabilidade fiscal dos dirigentes políticos, também denominada “populismo econômico”. Embora eu próprio tenha organizado um livro com o título de *Populismo Econômico* (1991), entendo hoje que essa denominação é infeliz porque o populismo propriamente dito – o populismo político – não se caracteriza necessariamente por excesso de despesa pública. O que é essencial no populismo é o contato direto do líder político com os pobres que estão se transformando em povo e em nação. Geralmente o populismo político é um fenômeno positivo, porque é a primeira manifestação da vontade popular e, portanto, da democracia. Nos Estados Unidos, por exemplo, só se pode falar em democracia, ainda que de forma muito relativa, a partir do presidente populista

¹ Em 1853 o Japão foi obrigado pela Esquadra Negra Americana do comodoro Mathew Perry a abrir sua economia para o comércio com o Ocidente. 15 anos depois ocorreria a Restauração Meiji. O novo governo se propõe a transferir para o Japão a tecnologia e as instituições ocidentais. Nos quarenta anos seguintes o Japão se industrializa sob o comando direto do Estado. Entre 1908 e 1910, porém, o governo promove ampla privatização, de forma a também pautar suas instituições pelas ocidentais.

que foi Andrew Jackson (1829–1837). Getúlio Vargas foi um líder populista, porque logrou estabelecer esse contato direto, sem a intermediação dos partidos políticos e sem uma ideologia razoavelmente clara, mas nos dois períodos em que governou o país foi responsável no plano fiscal.

O adversário externo do desenvolvimento nacional – a oposição liberal dependente – foi bem sucedida em alcançar o poder por breves períodos, em 1945, em 1954, em 1960, e, ajudada pela hegemonia ideológica do neoliberalismo que ocorre em quase todo o mundo, por um período mais longo que começou em 1991, no segundo ministério de Fernando Collor de Melo, e terminou ou perdeu força durante o governo de Luís Inácio Lula Silva (2003-2010). A irresponsabilidade fiscal, por sua vez, manifestou-se de forma aguda e ajudou a enfraquecer a coalizão política nacionalista no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e no governo José Sarney (1985-89).

Neste breve artigo discutirei teoricamente o nacionalismo e sua relação com a revolução capitalista e o desenvolvimento econômico, para, no final, voltar a discutir o Brasil do presente.

Discurso duplo

Sabemos, desde Ernest Renan (1882), que o nacionalismo é “uma construção de todos os dias”. Sabemos também que o nacionalismo pode ser econômico – orientado para a afirmação do interesse econômico nacional em uma economia global na qual cada estado-nação faz o mesmo – ou pode ser étnico, e, em consequência, racista e belicista. No primeiro caso – que é o que nos interessa aqui – o nacionalismo se define pela convicção que o papel de cada governo é defender os interesses do trabalho, do conhecimento e do capital nacionais, e pela exigência que essa defesa seja feita de acordo com critérios nacionais, ao invés da subordinação a países mais ricos e poderosos, e, por isso, supostamente mais competentes. Sabemos finalmente que o nacionalismo não é a mesma coisa que identidade cultural ainda que ambos tenham muito em comum. O nacionalismo é a ideologia do Estado-nação, é um fenômeno político das sociedades modernas ou capitalistas, enquanto que a identidade cultural é um pertencimento social, é o sentimento de fazer parte de uma cultura determinada, e não precisa estar associada à formação e manutenção do Estado-nação. Um país pode ter uma forte identidade cultural, mas pode sofrer grave perda da condição objetiva de nação, como é o caso do México desde que se associou a dois países muito mais desenvolvidos.

De acordo com essa definição de nacionalismo, a grande maioria, senão a totalidade dos cidadãos dos países ricos são nacionalistas, o mesmo não ocorrendo nos países em desenvolvimento. Em um país como a França ou os Estados Unidos, ninguém tem dúvida quanto ao dever nacional de seu governo. E a associação básica mas sempre contraditória da elite é com seu povo com o qual ela vive uma história permanente de amor e ódio, de conflito e cooperação. Uma cooperação que nasce dos interesses comuns em torno da nação, um conflito que

reflete a luta de classes pelo excedente econômico. Já nos países em desenvolvimento, uma parte importante de suas elites rejeita a existência de conflito de interesses com os países ricos, e, na prática, se associa às elites externas, ao invés de se associar a seu próprio povo. Como nos países ricos a palavra nacionalismo não distingue uns cidadãos de outros, esta palavra pode ser objeto de um *discurso duplo*: pode ser usada pejorativamente ao ser identificada com o nacionalismo étnico e com o protecionismo econômico. E serve, assim, para desqualificar e neutralizar o legítimo nacionalismo econômico dos países em desenvolvimento, não obstante o próprio nacionalismo dos países ricos.

É claro que é preciso rejeitar o nacionalismo xenófobo, étnico, que caracteriza os partidos de extrema direita e os extremistas envolvidos em limpeza étnica. É preciso, entretanto, defender um certo grau de nacionalismo econômico, porque a lógica do capitalismo mundial é a da competição não apenas entre as empresas, mas também entre os estados-nação. Os países ricos praticam com a maior naturalidade seu nacionalismo e seu imperialismo; não resta alternativa aos países em desenvolvimento senão se defender com seu próprio nacionalismo econômico.

A nação

Na medida em que o desenvolvimento é um processo histórico que surgiu com o capitalismo e com a formação dos Estados nacionais, a nação enquanto sociedade política, e o nacionalismo desempenham um papel estratégico nesse desenvolvimento. Conforme percebeu Adam Smith, o desenvolvimento é um processo de aumento da riqueza das *nações*. E provavelmente ele pressupunha que o ator principal nesse processo de desenvolvimento econômico ou de aumento da riqueza nacional é a *nação* – a sociedade politicamente organizada voltada para a autonomia nacional e o desenvolvimento. O desenvolvimento econômico decorre, sem dúvida, do esforço e da capacidade de concorrência dos indivíduos e das empresas operando no mercado, mas depende também da capacidade da nação utilizar seu instrumento de ação coletiva por excelência – o Estado – para criar as condições necessárias para que as empresas invistam incorporando progresso técnico.

O que é a nação, nesse contexto? É um povo que logrou se constituir em nação; é a sociedade politicamente organizada que partilha uma história, valores, e objetivos comuns, e que conta (ou luta por contar) com um Estado e um território para, assim, formar um Estado-nação. Segundo outra definição, a nação supõe, adicionalmente, a existência de uma língua e de uma etnia comuns. Sabemos, porém, que diversas nações não se enquadram nessa segunda definição. Como explicar, por exemplo, nações como a americana ou a brasileira que são multiétnicas? Ou nações como a suíça, que possuem mais de uma língua?

A nação é essencialmente um fenômeno político moderno, que começa a surgir no quadro do capitalismo mercantilista e da formação dos primeiros Estado-nação modernos, a partir do inglês. A nação é o aspecto vivo, dinâmico e político

da sociedade. Ela, assim como a sociedade civil (a outra forma pela qual a uma sociedade moderna se organiza), o aparelho do Estado e seu sistema constitucional-legal estão intrinsecamente inter-relacionados, formando o todo que é o Estado territorial soberano ou o Estado-nação.

Podemos também pensar, como Ernest Gellner, que o nacionalismo é a ideologia que afirma a necessária coerência entre a nação e o Estado, para cada nação devendo haver um Estado, mas esse é um conceito muito ligado à experiência histórica da Europa Central. Além disso, essa coerência pressupõe a existência previa de um povo dotado de forte identidade étnica e cultural. Ora, sabemos que nação e Estado-nação nascem juntos e não necessitam homogeneidade étnica. Há autores que distinguem nacionalismo “cívico” do étnico, aceitando o primeiro e negando o segundo. Eu prefiro distinguir o nacionalismo étnico do nacionalismo econômico. Na sociedade global marcada por amplas migrações o nacionalismo étnico não se torna apenas cada vez mais criticável; é também cada vez mais inviável.

A ideologia internacionalista dos antigos socialistas revolucionários queria acabar com os Estados-nação, mas a história demonstrou que não era uma visão realista. No final do século XX a ideologia internacionalista, agora rebatizada de globalista, foi usada pela direita e pelos países ricos para neutralizar a luta dos países em desenvolvimento pela autonomia nacional e pelo desenvolvimento. Mas como o internacionalismo não funcionou para a esquerda, também não deu bons resultados para a direita e para os grandes países que a adotaram. Afinal quem aproveitou melhor a abertura dos mercados foram os países asiáticos dinâmicos, particularmente a China, enquanto os países ricos entraram e profunda crise em 2008.

Nacionalismo e liberalismo

O nacionalismo e o liberalismo são as duas grandes ideologias originalmente burguesas que permitiram a formação do estado-nação e a revolução industrial. O desenvolvimento econômico sustentado de um país é inviável sem que a revolução capitalista seja completada pela formação do estado-nação – um processo histórico que é por natureza nacionalista. A revolução industrial ou a transferência de mão-de-obra para setores com crescente valor adicionado per capita depende da formulação de uma estratégia nacional de desenvolvimento através da qual o país logre neutralizar o imperialismo e criar oportunidades de investimento lucrativo para seus empresários. Esse nacionalismo, entretanto, será logo completado pelo liberalismo, uma segunda ideologia burguesa que manterá com a primeira uma relação permanente de conflito e acordo. Apoiada no nacionalismo, a nação e seu governo estabelecem as bases econômicas e institucionais necessárias para que, em um segundo momento, o mercado possa realizar seu papel de coordenação econômica. Nos dois casos o Estado é o instrumento fundamental de ação coletiva. Através dele e com base no nacionalismo econômico, o país, primeiro, realiza poupança forçada, e planeja e

executa os grandes investimentos em infraestrutura e indústria de base, e em seguida, com base no liberalismo, garante o bom funcionamento do mercado. Todos os povos que se desenvolveram no passado passaram por essa dupla transformação: antes de se industrializar, cuidaram de formar seus Estados-nação, porque só a partir da formação de uma entidade soberana, dotada de amplo e seguro mercado interno, e capaz de formular políticas para proteger a indústria e o comércio, foi possível viabilizar o desenvolvimento nacional. O nacionalismo foi e é a ideologia que cimenta a formação de cada Estado-nação, é o sentimento de solidariedade que transformou povos, geralmente dotados de razoável identidade étnica e principalmente cultural, em nações. Estas, ao constituírem um Estado soberano sobre um território, formaram um Estado-nação capaz de competir no mercado ou na arena internacional e a promover seu desenvolvimento. O liberalismo, por sua vez, é a ideologia que protege o empresário burguês e mais amplamente todos os cidadãos de um Estado que, antes da revolução capitalista, é sempre autoritário. Foi na Europa o Estado absoluto. É a ideologia que ao defender a liberdade econômica nos mercados e a liberdade política ou a garantia dos direitos civis e políticos, além de atender a uma necessidade humana básica, a liberdade individual, abre espaço para a criatividade ou a inovação empresarial. Durante a revolução industrial o planejamento econômico dos investimentos básicos e a educação pública universal são tarefa principalmente do Estado, mas em seguida, quando a economia precisa ganhar complexidade para continuar a crescer, um razoável grau de liberalismo torna-se necessário para estimular a inovação e permitir a alocação eficiente de recursos.

O nacionalismo supõe o consenso de que os governos têm como função econômica primordial defender o capital, o trabalho e o conhecimento nacionais de seus países. As palavras podem ser usadas com vários sentidos, nacionalismo pode ser entendido em termos pejorativos, como a ideologia autoritária de sobrepor a nação a qualquer outro valor, e particularmente à liberdade e à tolerância. Mas o sentido histórico do nacionalismo é do patriotismo, é o da ideologia que serviu de base para a construção das grandes nações modernas. O nacionalismo é a ideologia que, conjuntamente com o racionalismo, o individualismo, e, mais tarde, com o liberalismo, e não em conflito com essas perspectivas como hoje com muita frequência se sugere, permitiu aos empresários se associarem, em um primeiro momento, ao rei e aos aristocratas e burocratas em sua volta, e, um pouco mais tarde, também aos cidadãos em geral para constituírem, sobre um território com fronteiras definidas, uma nação formada por um Estado e um povo. O nacionalismo foi a ideologia que permitiu que uma sociedade – um povo e suas elites – se transformasse em nação, conquistasse um território, e formasse um estado-nação. Ao Estado coube, inicialmente, estabelecer o sistema institucional ou legal, e garantir a liberdade, propriedade e os contratos, ou seja, os direitos civis; em um segundo momento, organizar a educação pública que permitiria universalizar e padronizar a cultura necessária ao desenvolvimento; em um terceiro, afirmar além dos direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais. Fora do Estado mas dentro da nação, formou-se uma sociedade civil, ou seja, uma sociedade ponderada pelo

respectivo poder que cada um tem em função de sua riqueza, seu conhecimento, ou sua capacidade de organização. Coube a esta sociedade civil eminentemente nacionalista, porque voltada para a idéia de nação, legitimar o Estado, garantir-lhe o necessário apoio social, e estabelecer as bases de sua própria solidariedade ou coesão. Ou seja, era preciso que, apesar dos conflitos inevitáveis, houvesse um acordo nacional unindo as classes sociais em torno da idéia de nação. Para isso, a própria nação tinha que enfrentar, e, de alguma forma resolver, os conflitos de classe – o que foi feito seja criando vias de mobilidade social, seja através da garantia da igualdade de direitos civis, e, mais tarde, através da promoção dos direitos sociais, particularmente os direitos à educação e à saúde, que deram alguma substância ao ideal de igualdade de oportunidade.

O nacionalismo, portanto, é o conjunto de valores que no passado, combinado e não em contradição com o liberalismo político e econômico, viabilizou a revolução industrial e o desenvolvimento econômico. Nenhum país se desenvolveu sem contar com uma estratégia nacional de desenvolvimento. O nacionalismo cimentou a construção das nações modernas. Não apenas daquelas razoavelmente homogêneas em termos de língua e etnia, como Suécia ou a Eslováquia, e de sociedades relativamente heterogêneas como a França, a Grã-Bretanha e a Suíça, mas também claramente heterogêneas em termos de etnia, como os Estados Unidos e o Brasil. As nações são sempre comunidades, mas, como disse Benedict Anderson, são “comunidades imaginadas”. Hoje, o nacionalismo é a ideologia usada pelos países ricos e pelos países asiáticos para apoiar suas empresas na competição global.

O Império

O liberalismo foi radicalizado e se transformou em uma ideologia reacionária no último quartel do século XX: o neoliberalismo. Vivemos, então, os tristes 30 Anos Neoliberais do Capitalismo (1979-2008)². Nesse tempo perguntaram os neoliberais se existiria ainda espaço para as nações. A pergunta é natural para eles, já que o neoliberalismo está associado ao globalismo – a ideologia que afirma a irrelevância dos Estados-nação no tempo da globalização. Creio que já ficou claro que esse discurso ideológico envolve uma questão de padrões duplos: é um discurso para uso externo, não aplicado internamente. Logra dividir os países nacional-dependentes como o Brasil, mas não divide os próprios países ricos. Na verdade, o padrão duplo e o globalismo são a expressão dos interesses e do poder das elites dos países ricos, cuja somatória seus órgãos de imprensa mais influentes como, por exemplo, denominam “Ocidente”, e que eu estou chamando de “Império”. Os agentes do imperialismo industrial ou imperialismo moderno

² Entendo que em 2008 terminaram esses anos de retrocesso ideológico porque a crise financeira global desse ano desmoralizou definitivamente tanto o neoliberalismo quanto a teoria econômica neoclássica que pretende justificá-lo cientificamente não apenas perante os progressistas mas também perante os conservadores. A crise e desmoralização do neoliberalismo não significa que o mesmo tenha acontecido com o conservadorismo.

são, portanto, as potências imperiais ou as elites dos países ricos ou simplesmente o Império.

Os impérios clássicos foram a forma principal de unidade-político territorial das grandes civilizações pré-capitalismo. Já os impérios industriais foram e continuam a ser a forma clássica através da qual os principais países europeus e, um pouco mais tarde, os Estados Unidos, se relacionaram com o mundo em desenvolvimento depois que completaram sua revolução capitalista, a partir do início do século XIX. O Império é hoje formado pelos Estados Unidos associado principalmente à Grã-Bretanha e à França, as duas potências imperiais do século XIX, e pelos demais países ricos. Ainda que tenham muitos conflitos entre si, compartilham duas características comuns que unificam seus interesses: mão-de-obra cara e controle da tecnologia ou propriedade industrial. O Império, para mim, não é, portanto, a nebulosa a que se referem Negri e Hardt (2000), mas um conjunto de países e, neles, de suas elites conservadoras que pretendem impor sua “ordem” ao mundo.

No século XIX e na primeira metade do século XX, fortalecido pela revolução industrial, o Império logrou submeter a seu domínio os povos da Ásia e da África. As duas principais civilizações asiáticas, a chinesa e a indiana, são então reduzidas à condição de colônia e sofreram profundo processo de decadência econômica ou de empobrecimento. Enquanto isso o Império concedia independência formal aos países latino-americanos que haviam sido colonizados por duas potências mercantilistas decadentes: Espanha e Portugal. Depois da Segunda Guerra Mundial, porém, os povos dominados se rebelam e o Império foi obrigado a conceder independência às antigas colônias. Mas nem o Império nem o imperialismo desapareceram. Simplesmente o imperialismo deixou de ser abertamente político, para ser econômico e cultural – um “*soft power*”.³ Três estratégias básicas orientam o exercício do *soft power*: a aliança com elites locais dependentes, a persuasão de que devem crescer com “poupança externa”, e a oferta de bolsas de estudo para a formação de PhDs em economia. A aliança com as elites dependentes, marcadas por forte complexo de inferioridade colonial, é comum à dos impérios clássicos; a política de crescimento com poupança externa, ou seja, com déficit em conta corrente financiado por dívida externa, é a maneira de demonstrar a “restrição externa” que os países em desenvolvimento enfrentam e, graças ao financiamento, manter os países fragilizados financeiramente, obrigados à prática do *confidence building*, ao mesmo tempo em que os rentistas e o setor financeiro central auferem elevados juros e dividendos. O aprendizado no exterior, nos programas de doutoramento em ciências sociais inclusive economia – ciências profundamente ideológicas – é a maneira eficiente de estabelecer no país em desenvolvimento ideólogos sempre prontos a justificar “cientificamente” os conselhos e pressões dos países ricos e

³ Esta expressão foi criada por Joseph S. Nye (1990), e em seguida se transformou em instrumento ideológico de legitimação da hegemonia Americana, competindo, nessa plano, como o conceito do “benevolent hegemon”. Dessa forma o establishment americano, tanto o conservador como o “liberal”, legitimam o imperialismo de seu país.

de suas agências internacionais, particularmente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Os países ricos e particularmente os Estados Unidos procuram mostrar que os interesses dos países em desenvolvimento coincidem com os deles. Mas vemos a toda hora os países ricos negociarem duramente seus interesses comerciais com os países em desenvolvimento. Por que, então, devemos acreditar que em outras circunstâncias, quando os países ricos se propõem a aconselhar os países em desenvolvimento sobre como alcançar a estabilidade e o desenvolvimento, não estejam na verdade defendendo apenas seus próprios interesses? Por que supor que as agências que os países ricos criaram para proporcionar financiamento e conselho para os países em desenvolvimento atendam aos interesses nacionais destes países e não os interesses dos países que de fato as controlam? Na verdade, o imperialismo ou a condição de Império dos países ricos é algo inerente à sua posição de poder. Há hoje, nas democracias ricas, um grande número de cidadãos autenticamente preocupados com o desenvolvimento dos países pobres, e há todo um conjunto de ações humanitárias financiadas pelas classes médias e executadas por ONGs internacionais, mas mesmo esses cidadãos cobram de seus governos que defendam seus interesses nacionais. Como também existe todo um movimento altermundialista, cujo Fórum Social Mundial é a melhor expressão, que reafirma valores universais generosos e necessários. Mas isto não muda a natureza básica da forma de dominação hegemônica hoje existente, apoiada em forte arsenal ideológico, no “soft power”. Baseada não apenas em slogans, mas em argumentos e teorias econômicas com pretensão científica e amplo apoio acadêmico.

O Império não envia mais seus soldados para ocuparem os países que não pagam suas dívidas, ou que resistem aos seus interesses comerciais. Não existem mais condições políticas para isto no século vinte e um, em um mundo onde a democracia é cada vez o sistema político mais generalizado, e no qual já existe, além de um sistema político global, uma opinião pública global. Recorre ainda à força, como vimos no caso da guerra do Iraque ou a da Líbia, mas, para isso, precisam de argumentos de ordem política como sua própria segurança nacional, ou seus princípios humanitários. Argumentos pouco convincentes para justificar intervenções cada vez mais custosas e cada vez menos compensadoras para o Império.

A forma de dominação, portanto, não é normalmente a da intervenção militar mas a do endividamento dos países acompanhado por um sistema de persuasão apoiado no neoliberalismo que, por sua vez, é justificado “cientificamente” pela teoria econômica convencional, neoclássica. A liberalização e a desregulação seriam, de acordo com essa estratégia, algo a que nenhum país poderia escapar, porque o modelo neoliberal de capitalismo seria intrinsecamente superior ao modelo do bem-estar social, ou, em outras palavras, porque haveria um caminho único, ou, como afirmou um de seus intelectuais orgânicos, um “golden straight jacket”, a que estariam submetidos todos os países que desejem se desenvolver.

Quando críticos – como eu neste momento – registram a existência do imperialismo, ou de formas “modernas” de hegemonia ou dominação, de caráter eminentemente ideológico, ainda que revestidos de alta sofisticação teórica, surge imediatamente o argumento de que os críticos estariam adotando uma “teoria conspiratória”. Ora, esta é apenas uma forma conservadora clássica de desqualificação dos críticos. O que estes dizem não pressupõe qualquer conspiração. Não há ninguém se sentando ao redor de uma mesa e conspirando sobre como dificultar o desenvolvimento dos demais países. Há apenas os interesses dos países ricos, que se expressam de forma variada e complexa nas políticas de seus governos, e nas ideologias de seus intelectuais. Interesses aos quais as elites dos países em desenvolvimento se submetem por uma questão de dependência ideológica, já que os países ricos têm poucas condições efetivas de obrigar aqueles países a adotarem as políticas que recomendam.

Uma classificação

No Brasil como nos demais países em desenvolvimento, exceto os países asiáticos dinâmicos, a distinção entre elites nacionais e elites dependentes continua mais necessária do que nunca, porque a dependência de uma parte significativa de suas elites se expressa na ideia de que o governo não deve diferenciar o nacional do estrangeiro, e na convicção de que a melhor coisa a fazer é seguir as recomendações de política econômica que aqueles países oferecem. Dessa forma, inviabiliza-se a formulação de uma estratégia nacional de desenvolvimento, e o país se mantém semi-estagnado ou com baixas taxas de crescimento.

Com base no nível de renda por habitante, no fato de haver ou não completado sua revolução capitalista, e no grau de dependência a que está submetido, podemos classificar os países em desenvolvimento hoje existentes no mundo em quatro grupos: países pobres, pré-industriais, de renda média desenvolvimentistas, e de renda média nacional-dependentes. Os países “pobres” e os países “pré-industriais” têm em comum não haverem ainda realizado sua revolução capitalista, não contando, por isso, com uma nação e um Estado modernos, mas, na medida em que o estado-nação passou a ser a única unidade político-territorial legítima no mundo moderno ou capitalista, são formalmente estados-nação. Os países pré-industriais como o Egito ou o Peru já realizaram uma certa acumulação primitiva e têm um nível de renda por habitante e um nível de educação da população maior do que o dos países pobres como o Haiti ou a Costa do Marfim, mas todos geralmente continuam a ser países dependentes, submetidos em vários graus aos países ricos ou ao Império. Para os manterem dependentes, o Império se alia a suas elites geralmente corruptas, os incentiva a se endividarem, e, em seguida, através de recomendações e pressões, neutraliza seu esforço de desenvolvimento. É nesses países que surgem revoluções nacionalistas e democráticas cujo êxito, porém, está longe de ser assegurado dados os obstáculos que têm que enfrentar seus líderes políticos: a

fraqueza da nação e da sociedade civil e a força do Império que não hesita em buscar desestabilizar os líderes populares nacionalistas e de esquerda.

Os países de renda média já formaram seu estado-nação e se industrializaram, possuindo, portanto, uma grande classe social burguesa, outra profissional, além da classe trabalhadora. Entre esses países, porém, é preciso distinguir os “desenvolvimentistas”, como é o caso dos países asiáticos dinâmicos como foi a Coreia do Sul (hoje um país já desenvolvido, e são hoje a China e a Índia, e os países de renda média “nacional-dependentes” como o Brasil e a Argentina. A denominação que lhes estou atribuindo é um oxímoro na medida em que suas elites são ambíguas e contraditórias, em alguns momentos, nacionalistas, em outros, subordinadas aos países ricos. Destes quatro tipos, apenas os países desenvolvimentistas estão efetivamente *catching up*, ou seja, crescendo mais rapidamente do que os países ricos e, assim, realizando o alcance.

Chutando a escada

Essa submissão, porém, não é necessária, não deriva da estrutura da economia mundial. A experiência dos países asiáticos, e particularmente da China e da Índia nos últimos 20 anos, é exemplar a respeito: estão sempre devendo as “reformas” que os países ricos cobram – e provavelmente porque as ficam devendo, desenvolvem-se extraordinariamente. Enquanto não aceitava os conselhos vindos do Norte – desde 1930 até 1980 –, mas apenas procurava importar e adaptar à realidade local suas técnicas e instituições, o Brasil desenvolveu-se de forma extraordinária. Como explicar que parou de crescer desde que passou a aceitá-los? Ou como explicar que um grupo de países asiáticos tem experimentado um extraordinário desenvolvimento na medida em que adotam reformas capitalistas, mas não as reformas que os países ricos aconselham através do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial?

Alguém poderá sugerir que esses fatos são mera coincidência. Ou que as perguntas não correspondem a fatos. Elas, porém, encontraram resposta no livro de 2002 do professor de economia da Universidade de Cambridge, Ha-Joon Chang, já publicado no Brasil. Seu título é curioso, *Chutando a Escada* – uma expressão que Chang encontrou em Friedrich List, em seu clássico *Tratado de Economia Nacional* (1846). Esse economista, que teve uma poderosa influência sobre Roberto Simonsen – um grande ideólogo da revolução nacional brasileira – argumentou contra a adoção de políticas liberalizantes recomendadas pela Inglaterra, e a favor de uma política ativa de desenvolvimento – argumentos que foram fundamentais para que aquele país, um pouco depois, entrasse em um acelerado processo de crescimento. O grande economista alemão afirmou e demonstrou com exemplos históricos que os países que primeiro logravam se desenvolver, “chutavam a escada” ou “puxavam o tapete”, para impedir que os demais países os seguissem e lhes fizessem concorrência. A Inglaterra, em relação a suas colônias (ou a semicolônias como foi o caso do Brasil, do tratado

de 1810), teve uma política muito clara a respeito, que, no limite, visava impedir que o outro país se industrializasse.

Em seu breve mas denso livro, apoiado em evidências históricas Chang demonstra que os países ricos, ao proporem um determinado conjunto de políticas e de reformas, estão agindo exatamente da mesma maneira. Naturalmente as práticas são mais sofisticadas e estão amparadas na ortodoxia convencional dominante, mas a lógica é a mesma: trata-se de chutar a escada, criando dificuldades para que os novos países industriais, que surgiram nos anos 70, possam competir com os países industrializados na exportação de produtos com alto valor agregado. Chang distingue as políticas econômicas das instituições. Em relação às políticas, mostra que todos os países, inclusive a Inglaterra e os Estados Unidos, usaram de políticas de proteção comercial e de políticas industriais e tecnológicas ativas. As duas únicas possíveis exceções foram a Suíça e a Holanda. E na grande maioria dos casos, o Estado realizou investimentos na infra-estrutura e em setores capital-intensivos. Desta forma, quando os países hoje desenvolvidos se desenvolveram, usaram de políticas econômicas que agora condenam. Quanto às instituições, como a garantia da propriedade e dos contratos, o autor mostra, primeiro, que na época em que os países hoje desenvolvidos se industrializaram suas respectivas instituições eram muito menos desenvolvidas do que as atuais instituições dos países em desenvolvimento; segundo, que, na verdade, a maioria das instituições que hoje são recomendadas aos países em desenvolvimento foram o resultado e não a causa desse desenvolvimento.

O Império “benevolente”

É preciso reconhecer que, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos deixaram de chutar a escada. Por algum tempo foram generosos e preocuparam-se em promover o desenvolvimento dos demais países, seja porque estavam otimistas, seja porque precisavam de aliados na Guerra Fria. A partir dos anos 1970, porém, principalmente porque vários países em desenvolvimento tornavam-se competidores internacionais valendo-se de sua mão-de-obra barata para exportar bens manufaturados, e porque os Estados Unidos perderam a Guerra do Vietnã, essa atitude foi abandonada, esse país voltou às práticas imperialistas de convencer os países em desenvolvimento de considerarem sempre a inflação seu grande problema mesmo que a inflação esteja razoavelmente sob controle, de manterem suas taxas de câmbio sobreapreciadas, de se endividarem externamente para, com a “poupança externa”, resolver o problema da “restrição externa”.

Os Estados Unidos, no comando do Império, autodefiniu-se como poder hegemônico “benevolente” ou como um império democrático, embora sua política continuasse fortemente nacionalista, centrado nos seus próprios interesses. Um império que não se limita a afirmar seu poder através do “soft power” – a expressão que seus próprios ideólogos inventaram para definir o

imperialismo cultural. Usa também a força em relação aos países mais fracos que a ele não se submetem, diretamente ou através de aliados regionais, como no caso da associação com o Iraque contra o Irã, depois, no caso da guerra do Iraque, e, hoje, nas guerras do Afeganistão e da Somália.

Hoje é impossível compreender a onda neoliberal e globalista ou os 30 Anos Neoliberais do Capitalismo (1979-2008) sem levar em conta a mudança ocorrida na política dos Estados Unidos. Geralmente essa onda ideológica conservadora é explicada como sendo a expressão da luta dos “homens livres” contra um Estado opressor, ou do “mercado” transformado em um mito contra o Estado socializante (o que facilita a alienação das elites empresariais locais). Na verdade, as políticas recomendadas por Washington e Nova York são uma forma de puxar o tapete dos países em desenvolvimento; são uma reação, geralmente inconsciente mas nem por isso menos perigosa, das elites econômicas e políticas dos países ricos para fazerem frente à competição dos novos países industriais. O neoliberalismo foi uma ideologia do Império que serviu a seus fins de dominação, mas que, na crise financeira global de 2008, acabou se voltando contra seu próprio criador, enquanto os países que não aceitavam suas propostas de liberalização, principalmente a China e a Índia, cresciam de forma extraordinária e mudavam o centro econômico do mundo para o Leste.

Além de equivocada, a tese globalista é uma falsa representação da realidade da economia global, na qual as nações, de fato, tornaram-se mais interdependentes, mas, em compensação, mais estratégicas. A globalização, em termos econômicos, é a competição a nível mundial entre as empresas apoiadas pelos seus respectivos Estados nacionais. Mas é mais do que isso. É a competição generalizada entre as nações, como assinalou Michael Porter (1990), um analista insuspeito. Os Estados-nação, a começar pelo mais nacionalista deles, os Estados Unidos, não se limitam a apoiar as exportações das empresas localizadas em seu território. Apoiam também, sem nenhuma tergiversação, as suas empresas multinacionais onde quer que estejam operando. O mundo, portanto, apesar de toda a ideologia ofuscante do globalismo, continua firmemente organizado em termos nacionais. A União Europeia não é um desmentido dessa tese, mas o exemplo da construção voluntária, democrática, e quase paradoxal de um novo Estado-nação. Para que uma nação exista realmente, porém, não basta que seja formalmente um país. É preciso que esteja unida pelos laços do patriotismo ou do nacionalismo. É preciso que, apesar dos conflitos internos, haja uma solidariedade básica entre seus membros, empresários, trabalhadores, técnicos, e intelectuais. E é preciso que a nação seja capaz de ela própria definir suas instituições e suas políticas públicas: seu destino, portanto. É preciso que pense com a própria cabeça, ao invés de se subordinar aos países ricos, ou às agências que eles usam para chutar a escada dos países de desenvolvimento intermediário como o Brasil.

Identidade cultural e identidade nacional

Diante do neoliberalismo e do “soft power” americano, os países em desenvolvimento reagiram de forma diferente. Enquanto os países asiáticos ignoravam essa ideologia e essa forma de expressão imperial, e continuavam a cuidar de seus interesses e promover sua própria estratégia nacional de desenvolvimento, os países da América Latina renderam-se às novas idéias. Em relação ao Brasil, que geralmente é conhecido por ser um país com forte identidade cultural, essa subordinação pode parecer surpreendente. Não o será, porém, se compreendermos que forte identidade cultural não significa necessariamente clara identidade política nacional, nem mesmo autoestima. O caso do México, que sempre teve uma identidade cultural nacional forte, mas que perdeu sua independência desde que entrou para a Zona de Livre Comércio Norte-Americana, ilustra de forma dramática esse fato.

A forte identidade cultural brasileira se expressa em nossa língua comum, em nossa raça mestiça, em nossos imigrantes integrados, em nossa arte barroca e na maravilhosa arte plumária dos índios, na nossa maravilhosa música popular e clássica, nas nossas comidas típicas, no nosso carnaval, na nossa exuberância senão alegria tropical. Tudo isso torna os brasileiros conscientes de quem são, e orgulhosos disso. Já em países muito mais desenvolvidos economicamente, como o Canadá, por exemplo, essa identidade cultural seria muito mais esgarçada. Em compensação, esse país tem uma clara consciência de nação, tem uma forte identidade nacional, já que ninguém tem dúvidas que é dever do seu governo defender o trabalho, o capital, e o conhecimento nacionais. Já nós, brasileiros, estamos divididos, inferiorizados, perdemos o conceito de interesse nacional. Existe, portanto, a possibilidade de um país ter forte identidade cultural, mas fraca identidade nacional, e, também, uma baixa auto-estima. Esse é o caso do Brasil. Ou uma fraca identidade cultural, mas uma forte identidade nacional, como o Canadá. Ou ainda, a combinação de forte identidade cultural e nacional, como acontece com os Estados Unidos ou com a China. A identidade cultural está entranhada na sociedade, enquanto a identidade nacional é política – está relacionada com a capacidade de suas elites e de seu povo de terem um conceito de nação.

Entre a identidade cultural e a nacional está a auto-estima. Os brasileiros são orgulhosos de suas peculiaridades culturais, mas sua auto-estima é baixa. Isto parece também contraditório, mas fica claro quando essa identidade cultural é pensada como exótica, como o fazem os países ricos em relação a nós, e, assim, mais uma vez nos subordinamos e nos depreciamos. E dessa forma, voltamos ao complexo de inferioridade de que já falava Oliveira Vianna. E voltamos à situação em que nossa cultura, quando não é popular, é transplantada, mimética, copiada sem crítica, como já assinalavam Guerreiro Ramos e Roland Corbisier no ISEB. E à condição de que nossas idéias ficam fora do lugar, como Roberto Schwarz (1973) bem observou.

Com a industrialização e o enorme desenvolvimento ocorrido entre 1930 e 1980, poder-se-ia pensar que esse problema perdeu força, mas, diante da brutal ofensiva do “soft power” universitário americano, não foi o que aconteceu. Os intelectuais brasileiros estão mais subordinados do que nunca. Seus congressos anuais são dominados por convidados estrangeiros. Ao atribuírem pontos aos pesquisadores brasileiros pelos artigos publicados em revistas de economia, sociologia, ciência política, atribuem mais do dobro de pontos a artigos publicados em revistas estrangeiras. Dessa forma, os padrões de excelência acadêmica dos trabalhos que os cientistas sociais escrevem sobre o Brasil são definidos no exterior.

A identidade nacional está relacionada com o nacionalismo, mas com ele não se confunde. É também fenômeno cultural, já que depende do êxito da nação em transformar em realidade os objetivos de desenvolvimento econômico e político – em assegurar maiores graus de bem-estar, liberdade e justiça. A nação é uma construção coletiva a partir de uma identidade nacional. Se a nação está realmente sendo construída, a auto-estima do seu povo será alta. A auto-estima dos brasileiros está baixa há muito tempo. O Brasil teve um projeto de nação entre 1930 e 1980, quando foi possível aos brasileiros, apesar de suas divisões, estabelecer um grande acordo político reunindo empresários e a burocracia pública. Reconhecidos os conflitos, a existência de uma solidariedade básica entre as classes é a condição da existência de uma nação. Este acordo foi mais forte entre 1930 e 1960 porque incluía também os trabalhadores urbanos. O regime militar representou retrocesso nesse acordo, na medida em que excluiu os trabalhadores do pacto político, acentuando o conflito social. Também porque levou uma grande parte da esquerda brasileira a elaborar uma idéia de dependência que negava a possibilidade de uma classe empresarial nacional – o que inviabilizava a própria idéia de nação.

Mas o cosmopolitismo ou o colonialismo – a ideologia da subordinação nacional – só tomou conta do Brasil, e inviabilizou o alcance a partir do final dos anos 1980, quando o novo regime democrático instalado em 1985 foi dominado pelo populismo nacionalista e fracassou em enfrentar a grande crise da dívida externa transformada também em crise da alta inflação inercial. O fracasso do Plano Cruzado, no início de 1987, foi também o sinal do fracasso das forças democráticas, que haviam se deixado contaminar por um populismo econômico patético. Como Ministro da Fazenda, em 1987, eu fui ameaçado de expulsão pela “bancada econômica” do PMDB – o meu partido então, o partido que conduziu o país à democracia –, porque diante de um Estado falido eu me propunha a fazer ajuste fiscal. Depois do fracasso do Plano Cruzado teremos três anos de vazio político, até que, no início dos anos 1990, com a eleição de Fernando Collor de Melo para a presidência da república, se forma no Brasil uma nova coalizão política, liberal-dependente, que será dominante até meados dos anos 2000.

O discurso neoliberal e globalista que se torna então dominante alienou as elites empresariais, governamentais e intelectuais. Para lograrem os investimentos e financiamentos “necessários” para o desenvolvimento econômico seria preciso

obter “credibilidade”, – e, portanto, praticar a política da “construção de confiança”: executar todas as recomendações vindas do Norte, particularmente uma política macroeconômica contrária aos interesses nacionais. Assim, apesar de todo o necessário ajuste fiscal, e de todas as reformas – nem todas razoáveis, principalmente a privatização de serviços de infraestrutura monopolistas –, as taxas de crescimento se mantiveram muito baixas após 1994, quando um plano de estabilização heterodoxo, o Plano Real, neutralizou a inércia inflacionária e terminou com a alta inflação que assolava o Brasil desde 1980.

Diante deste quadro de semi-estagnação e de desemprego que caracterizará os anos 1980 e 1990, a auto-estima dos brasileiros entrou em queda livre. A identidade cultural negativa – do Brasil-Macunaíma, do Brasil do “jeitinho” – voltou a se impor sobre o Brasil afirmativo de Emília, sobre o Brasil indignado mas otimista de Gonçalves Dias e Castro Alves, de Monteiro Lobato e Darcy Ribeiro. Foi só a partir de 2004 que as taxas de crescimento melhoraram no Brasil. Mas isto não se deveu ao grande aumento dos investimentos e da produtividade, nem a uma política econômica mais nacionalista que o governo de Luís Inácio Lula da Silva passa a praticar então, principalmente através do BNDES, mas ao aumento dos preços internacionais das commodities exportadas pelo Brasil.

Referências

- Anderson, Benedict (1991) *Imagined Communities*, segunda edição, Londres: Verso.
- Balakrishnan, Gopal e Benedict Anderson, orgs. (1996 [2000]) *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos, org. (1991) *Populismo Econômico*. São Paulo: Editora Nobel.
- Gellner, Ernest (1993 [2000]) “O advento do nacionalismo e sua interpretação: Os mitos da nação e da classe”, in Gopal Balakrishnan e B. Anderson, orgs. (1996): 107-134.
- Nye, Joseph S. (1990) *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*, Nova York: Basic Books.
- Porter, Michael E. (1990) *The Competitive Advantage of Nations*, Nova York: Free Press.

Renan, Ernest (1882 [1993]) *Qu'est-ce qu'une Nation?* Paris: Pocket/Agora.

Schwarz, Roberto (1973) “As idéias fora do lugar”. *Estudos Cebrap* 3: 149-162.

Republicado em *Ao Vencedor as Batatas*, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981.